



# Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 1995  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Teófilo Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Neivo Beraldin (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a retirada feita pelo autor, Deputado Toti Colaço, fica em votação Srs. Deputados que concordam com a Ata que acaba de ser lida pelo Sr. 2º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, permaneçam como estão. **Aprovada a Ata.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 046/95

Curitiba, 21.06.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 8.933, de 26 de janeiro de 1989, 8.925, de 28 de dezembro de 1988 e 8.297, também de 28 de dezembro de 1988, que tratam, respectivamente, do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão "Causa Mortis", sendo que as alterações ora propostas visam adoção de novos procedimentos concernentes à atualização monetária de juros de mora de créditos tributários sobre os referidos impostos.

A anexa cópia autêntica do Ofício nº 229/95, de 16 de junho de 1995, a mim encaminhado pelo Secretário de Estado da Fazenda e cujos termos ratifico, diz, com o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e elevado interesse do Estado, de que é revestida a medida ora proposta.

Certo de que este plano de lei merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 49 da Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulados mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1º - O percentual de juros de mora

relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2º - Em nenhuma hipótese os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4º - No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador adotar-se-á:

I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;

II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 6º - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput" deste artigo."

Art. 2º - O art. 13 da Lei 8.925, de 28 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - O crédito tributário atualizado monetariamente será acrescido de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulados mensalmente, calculados a partir do mês em que tenha expirado o prazo de pagamento.

§ 1º - O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2º - Em nenhuma hipótese os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput" deste artigo."

Art. 3º - O art. 11 da Lei 8.927, de 28 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - Aplica-se ao Imposto de Transmissão "Causa Mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos e respectivas multas, atualização monetária e juros de mora observando-se os mesmos coeficientes e critérios utilizados para a cobrança da atualização monetária e dos juros de mora

do imposto a que se refere o inciso I da alínea "b" do art. 155 da Constituição da República Federativa do Brasil."

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação.

## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Ofício nº 229/95

Curitiba, 16.06.95

Senhor Governador.

Segue, em anexo, minuta de Lei que altera o art. 49 da Lei 8.933/89 (Lei Orgânica do ICMS), o art. 13 da Lei 8.925/88 (Lei Orgânica do IPVA) e o art. 11 da Lei 8.927/88 (Lei Orgânica do ITCMD), referente à exigência de juros de mora dos créditos tributários, com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos Federais.

O Estado exige em relação aos seus créditos tributários, inclusive o decorrente de multa, atualizado monetariamente, juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração, entretanto sua dívida mobiliária sujeita-se aos juros normais de mercado, que se encontram em índices muito superiores, conforme a seguir demonstrando:

### JUROS

#### SITUAÇÃO ATUAL (%)

(1% ao mês, não capitalizável)

JAN/95	1,00
FEV/95	1,00
MAR/95	1,00
ABR/95	1,00
MAI/95	1,00
JUN/95	1,00

#### SITUAÇÃO PROPOSTA (%)

(taxa do SELIC ao mês, capitalizável)

JAN/95	3,37
FEV/95	3,25
MAR/95	4,26
ABR/95	4,25
MAI/95	4,24
JUN/95	apuração

Assim, por uma questão de tratamento isonômico, deve o Estado exigir índices de juros em estrita proporcionalidade com aqueles que paga.

Ademais, a exigência de juros em percentuais muito inferiores aos de mercado tem como consequência o fato de que os

contribuintes pagam preferencialmente suas dívidas financeiras em detrimento do recolhimento dos tributos.

Cumprido ressaltar que a própria União já promoveu alteração em sua legislação, nos exatos termos deste Anteprojeto de Lei, e o Estado não pode deixar de adequar-se à realidade do mercado financeiro, sendo que a alteração na sistemática da exigência de juros terá como consequência o imediato aumento da arrecadação.

Atenciosamente.

(a) MIGUEL SALOMÃO  
Secretário da Fazenda

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob o nº SEEG/GS/060/95, do Senhor Giovanni Gionédís - Secretário de Estado do Governo, encaminhando Declarações de Bens das servidoras Marv Ângela da Silva Marques e Rosalina de Oliveira Arruda, atualmente prestando serviços junto ao Gabinete da vice-Governadoria. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº SEEG/GS/057/95, do Senhor Giovanni Gionédís - Secretário de Estado do Governo, encaminhando Declarações de Bens, do Secretário Kalil Cury Filho, tendo em vista seu desligamento do Governo conforme Decreto nº 920 de 23 de junho de 1995. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG 130/95, do Senhor Governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 049/95 e 112/95. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG 128/95, da Senhora Emilia de Salles Belinati - vice-Governadora do Estado, comunicando seu afastamento do País, de 07 a 09 de julho, com destino a Buenos Aires, Argentina, para, integrando comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso e representando o Estado do Paraná, comparecer às solenidades de posse do Presidente Carlos Menem, ato esse de indiscutível significado, por tratar-se de Chefe de um Estado com o qual o Brasil mantém estreitos laços de amizade e que faz parte do MERCOSUL. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente,

REQUER, ao Poder Executivo o cumprimento dos Artigos 15 e 16 da Lei nº 11066 de 01 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a criação e extinção de Secretarias de Estado e Cargos de provimento em comissão bem como adota outras providências.

Sala das Sessões, em 02.08.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade aplicar os direitos legais que cabem a Assembléia Legislativa como Órgão Fiscalizador do Estado do Paraná.

Após análise feito junto à Lei nº 11.066 de 01 de fevereiro do corrente ano, pudemos constatar que o prazo estabelecido nos Artigos 15 e 16 da referida Lei encontram-se esgotados, o que nos dá o direito de solicitarmos o cumprimento dos mesmos, dentro do que estabelece a Lei.

#### REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Dr. Paulo Vasconcelos, Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu, pelos relevantes serviços prestados como Diretor do Fórum.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Paulo Vasconcelos, no exercício do elevado cargo de Diretor do Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu, que agora o deixa, contribuiu decisivamente para que fosse possível a construção do Fórum, gestionando incessantemente junto ao Tribunal de Justiça, objetivando a sua efetivação, cujas obras deverão se iniciar em breve, empreendimento este que marcará a sua passagem por aquela Diretoria.

Destacou-se pelo profícuo trabalho, sempre buscando atender as reivindicações da Magistratura local, Ministério Público, Advogados e todos que se utilizam dos serviços prestados por aquele organismo judiciário, visando oferecer melhores condições no desenvolvimento de suas atividades, e por outro lado procurando aumentar a eficiência e agilidade da máquina administrativa, proporcionando maior celeridade no trâmite das ações, atendendo assim, pleito da população sob a jurisdição daquele Fórum, enaltecendo e dignificando dessa forma o Poder Judiciário paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de

Curitiba, quarta, em 02.08.95

hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Clacir Giroto, ocorrido em 30 de junho de 1995, em General Carneiro - PR.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito, faleceu o industrial Clacir Giroto, na Cidade de General Carneiro, dia 30 de junho de 95.

O extinto deixa viúva Dona Domitila e 3 filhos.

O passamento de Clacir Giroto veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Clacir.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre o Sr. Clacir e o descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Clacir Giroto, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Clacir sob a sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Giroto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de

hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. José Milani, ocorrido em 01/08/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 81 anos, faleceu nesta Capital, em data de 01/08/95, o cirurgião dentista e ex-presidente da Federação Paranaense de Futebol, José Milani.

O extinto deixa viúva D. Leoni e três filhos.

José Milani cumpriu o mais longo mandato (onze anos) à frente da Federação Paranaense de Futebol, assumindo o cargo quando do falecimento de Gêneris Calvo em 1961, e deixou, em 1972, por questões políticas, quando passou a ocupar a presidência e extinto Esperidião Feres.

Milani foi o idealizador do Pinheirão, quando em meados de 1960 entregou à COCEP o projeto de construção do estádio feito pelo engenheiro Jaime Lerner, hoje Governador do Estado. Por problemas financeiros, não levou a bom termo sua idéia, mas viu coroado seu sonho, mais tarde, quando Onaireves Moura concluiu a primeira etapa do estádio.

Foi responsável pela introdução de um clube paranaense no Torneio Roberto Gomes Pedrosa de 1968, o Clube Atlético Ferroviário. Daí por diante, o Paraná não deixou de participar da grande competição nacional de clubes. Como presidente da Federação, criou a Lei e Acesso e Descenso no Profissionalismo e foi autor de diversas fórmulas disputadas - criando as zonas Norte e Sul, a Fórmula Fraga. Idealizou e criou a Taça Paraná, disputada entre os Clubes Amadores do Estado, sendo a disputa inicial em 1964, que foi vencida pela primeira vez pelo Ferroviário Esporte Clube de União da Vitória.

Palestrino convicto, José Milani foi presidente do Clube Esmeraldino e recebeu com tristeza o fim do Palestra em 1967, lembrando, na oportunidade, as grandes façanhas do quadro nos diversos campeonatos.

Dr. José Milani, em sua trajetória, participou de grandes decisões e de excursões de clubes, inclusive do Curitiba à Europa.

O passamento do Dr. José Milani veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o senhor, que olhará para a condição humana de seu servo José Milani.

O tempo e a distância jamais poderão

apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Milani, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1980

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Darcy Messina Costa.

Pessoa de boa índole, com grande número de amigos, deixa familiares e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua dos Eucaliptos, 68 - Paineiras - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1981

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Miara.

Pessoa de grande número de amigos, deixa amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Visconde de Sinimbu, 645, São José - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1971

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria de Lourdes e Augusto Faust Filho, que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Porcelana, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual

permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1972

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Elza e José Carlos Bonieski, que completou 24 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Louça, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1974

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com o Lions Clube de Curitiba - Batel, pela posse de sua nova Diretoria, ocorrida em solenidade realizada no último dia 28 de junho, cuja Presidência será ocupada pelo Senhor Almir Marcondes Belache.

Requer ainda que conste nos registros desta Casa, a composição de toda a Diretoria empossada. E mais, que, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado ciência à Diretoria eleita.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) ALGACI TÚLIO

LIONS CLUBE DE CURITIBA - Batel  
CONVITE

O Lions Clube de Curitiba - Batel tem a satisfação de convidar Vossa Senhoria e

Digníssima esposa, bem como os companheiros Leões e Domadoras para o Jantar Festivo, de posse da Nova Diretoria a se realizar nas dependências do Restaurante Madalosso - Salão Milano - sito à Av. Manoel Ribas, 5875, no próximo dia 28 de junho do corrente (quarta-feira), às 20:30 horas.

(aa) MARINÊS CORTELLINI - Secretária

ALMIR M. BELACHE

Diretoria do Lions Clube de Curitiba - Batel Gestão 95/96

Presidente - Almir Marcondes Belache

Past Presidente - Sérgio Luiz Malucelli

1º Vice-Presidente - Cláudio Miessa Rigo

2º Vice-Presidente - Marinês Cortellini

3º Vice-Presidente - Algaci Túlio

1º Secretário - Roberto Zandavalli Carnasciali

2º Secretário - Paulo Roberto Kruk

1º Tesoureiro - Luiz Áureo de Araújo Perpétuo

2º Tesoureiro - Francisco Brito Sobrinho

Diretor Social - Gilberto Guimarães Monastier

Diretor Animador - Cezar Eugênio Gasparim

Vogal por 2 anos - Germacy Rafael Benghi Ruggeri

Vogal por 2 anos - Antonio Carlos Monteiro Ribas

Vogal por 1 ano - Antonio Dionísio Arantes Amazonas

Vogal por 1 ano - Marco Polo Abdala

#### REQUERIMENTO N° 1975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Polícia Militar do Paraná, pela comemoração de seu 141º aniversário.

Através desses 141 anos de existência, a Polícia Militar do Paraná vem assegurando a paz pública e auxiliando a justiça.

Esta Corporação participou de momentos importantes e históricos na vida paranaense e brasileira.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à Polícia Militar do Paraná, em Curitiba, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1401.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1977

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário REQUER, envio de votos de congratulações ao Comando da Polícia Militar do Paraná e a todos os integrantes do quadro, pela passagem do 141º aniversário.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

A gloriosa Polícia Militar do Paraná, tem prestado serviços extraordinários à Segurança da população.

Com um Comando firme, a corporação tem colhido sucesso nas mais variadas campanhas desenvolvidas a nível de prevenção.

Como reconhecimento, nada mais justo que congratularmos com toda a Polícia Militar, no dia 10 de agosto, data em que completa 141 anos de existência.

#### REQUERIMENTO N° 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Secretário de Segurança Pública do Estado e ao Delegado do 6º Distrito da Polícia Civil Doutor Antônio Macedo de Campos, pela breve recuperação do quadro religioso de Nossa Senhora dos Corais da Igreja Imaculada Conceição do Município de Antonio Olinto, ao mesmo tempo que manifesta a alegria da comunidade Ucraniana pelo retorno do Quadro.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) JOÃO TECHY FILHO

#### REQUERIMENTO N° 1990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Cafezal do Sul, pela passagem em 20 de julho, de seu aniversário de Emancipação Política.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Moisés Mendes Sanches, Prefeito Municipal (Rua Itlao Orcelli, 796): aos Vereadores José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal; Augusto Cogo; Célio da Silva; Laércio Boscarioli; José Mário Morin; Juraci Ribeiro de Alencar; João Maciel; Luiz Antonio Dias e Nelson Faustino Neto (Câmara Municipal, Av. Italo Orcelli, 658) CEP: 87567-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Cafezal do Sul, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos as autoridades constituídas e as lideranças deste município.



pio que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciam ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

REQUERIMENTO N° 1991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Xambrê, pela passagem em 25 de julho, de seu aniversário de Emancipação Política.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Lopes, Prefeito Municipal (Praça Des. A. Costa, 236): aos Vereadores José Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal; Amauri dos Santos; Américo Cícero dos Santos; Antônio Cardoso de Oliveira; Antônio José Espelho, Jaime Santos de Oliveira; José Wilson da Cunha; Manoel Barbosa da Silva e Trajano José da Silva (Câmara Municipal, Av. J. Bvington, s/n) CEP: 87535-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Xambrê, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos as autoridades constituídas e as lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciam ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

REQUERIMENTO N° 1992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Maria Helena, pela passagem em 25 de julho, de seu aniversário de Emancipação Política.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jessé Batista Corrêa, Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690); aos Vereadores Sebastião de Mendonça Xavier Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal; Aparecido Onivaldo Bertolin; Antônio Bueno da Silva; Mauro Antônio Santuci; Aldrovan- do Beck Júnior; Rosa Florencio da Silva; Carlos Alberto Zanchi; Luís Júlio Priori;

Emir Trentini (Câmara Municipal, Av. Paraná 1690) CEP: 87480-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Maria Helena, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos as autoridades constituídas e as lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciam ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

REQUERIMENTO N° 1993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Alto Piquiri, pela passagem em 25 de julho, de seu aniversário de Emancipação Política.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Elias Pereira da Silva, Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315); aos Vereadores José Wilson da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Ruben de Oliveira; Dirceu Peres Sanches, Olivio Rondis; Antônio Carlos Cavalcante Lopes; Manoel Cordeiro Sobrinho, Maria Inês Silva Gomes; Valdemir Cardoso Moura e Wilson Felipe Cruvinel (Câmara Municipal, Rua Santos Dumont, 317) CEP: 87580-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Alto Piquiri, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos as autoridades constituídas e as lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciam ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.



## REQUERIMENTO N° 1994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Cidade Gaúcha, pela passagem em 25 de julho, de seu aniversário de Emancipação Política.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Ideval Ferrarini, Prefeito Municipal (Av. Com. G. Garibaldi, 1951); aos Vereadores Marinho Carezia, Presidente da Câmara Municipal; Vítor Manoel Alcobia Leitão, José Alves, José Antônio de Oliveira, Benedito Ribeiro; Jacó Trojan; Luís Carlos Janunze, João Paulo Vieira, Renato Antônio B. Moreira (Câmara Municipal, Rua M. R. Borges, s/n) CEP: 87280-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Cidade Gaúcha, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos as autoridades constituídas e as lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciam ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

## REQUERIMENTO N° 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Moreira Sales, pela passagem em 25 de julho, de seu aniversário de Emancipação Política.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Moacir José Adão, Prefeito Municipal (Rua M. F. Cruz, 550); aos Vereadores Carlos Costa Amaral, Presidente da Câmara Municipal; Carlos Silas Andrade; Daniel Pacour; Manoel Olimpio Maia dos Santos; Rosalino Santana; Aderijio Mioti, José Arnaldo de Oliveira, José Antonio do Prado; Nair Lecio (Av. João Teotônio Moreira Sales Neto s/n) CEP: 87370-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Moreira Sales, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos as autoridades constituídas e as lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciam ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

## REQUERIMENTO N° 1996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Icaraíma, pela passagem em 25 de julho, de seu aniversário de Emancipação Política.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor João de Paula, Prefeito Municipal (Av. H. Vissoto, 810); aos Vereadores Adenilde de Souza, Presidente da Câmara Municipal; José Carlos Manzoni, Rubens Monte da Silva, Elias Pereira de Almeida, Gerson Ferreira Torres, José Luiz Zanuto, José Maia Soares, José Silva e Domingos Cardoso Rua dos Pioneiros, 581) CEP: 87530-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Icaraíma, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos as autoridades constituídas e as lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciam ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

## REQUERIMENTO N° 1976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a manifestação do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre a le-

galidade do Convênio Gestão Compartilhada da Escola, Convênio Secretaria e APM, para contratação de professores.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista os novos mecanismos que o Governo do Estado do Paraná tem criado na atual gestão, no que diz respeito ao Convênio Gestão Compartilhada da Escola (Convênio Secretaria-APM) para a contratação de professores para ministrar aulas extraordinárias em regime de CLT para suprir as necessidades de falta de professores e conseqüentemente de alunos que estão sendo prejudicados em determinadas matérias, justificamos o nosso requerimento baseados em futuros problemas que poderão surgir com ônus de encargos trabalhistas que por certo estes contratos gerarão.

Além do mais, sabemos do parecer contrário da APP Sindicato e das APM's de todo o Estado sobre este assunto.

Daí a necessidade da resposta sob o ponto de vista legal, através de parecer técnico deste egrégio Tribunal, para que possamos nos basear em futuros pronunciamentos, atos e ações em defesa do interesse maior, que é a comunidade do Estado do Paraná.

**REQUERIMENTO N° 1997**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na condição de Presidente da CPI que apura possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá, observada a forma regimental, REQUER a douta Mesa da Assembléia, a prorrogação do prazo da mesma CPI por mais 60 dias, para que possam seus trabalhos serem concluídos.

A complexidade da matéria e o volume da documentação, já levantada, justificam a necessidade de prorrogação do prazo, conforme se requer.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(aa) ALGACI TÚLIO

DOUTOR ROSINHA

**REQUERIMENTO N° 1998**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, SOLICITA autorização para representar a Assembléia Legislativa do Paraná na IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MULHER e do FORUM PARALELO DA CONFERÊNCIA, a serem realizados em Pequim, República Popular da China, entre os dias 29 de agosto a 23 de Setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

**REQUERIMENTO N° 2002**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem), serviços de conservação e sinalização de pista da PR-182 a partir do entroncamento desta estrada com BR-376 até o Município de Loanda.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Esta é uma estrada com grande fluxo de veículos e existem trechos em péssimas condições de trafegabilidade devido a conservação e sinalização precárias.

**REQUERIMENTO N° 2003**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao órgão competente, serviços de conservação e sinalização de pista da BR-376, entre os Municípios de Paranaíba e Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Esta é uma estrada com grande fluxo de veículos e existem trechos em péssimas condições de trafegabilidade devido a conservação e sinalização precárias.

**REQUERIMENTO N° 1959**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários da linha de Ônibus Pinhais/Curitiba, que pedem maior número de ônibus integração. Os usuários passam mais de trinta minutos no terminal do Capão da Imbuia para seguirem até o terminal da Vila Autódromo.

No terminal da Vila Autódromo passam mais trinta minutos esperando o ônibus do bairro a que se destinam.

Reclamam também os usuários da falta de placas indicativas no terminal Vila Autódromo, mostrando os locais para se pegar determinado ônibus e a falta de placa lateral que indique o roteiro ou trajeto dos mesmos. Atualmente só trazem o destino à frente do veículo, causando transtornos.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 1973**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando que sejam averiguados os seguintes fatos na Prefeitura da Lapa:

1. Contratação de um advogado desde 01.01.93, por 04 (quatro) anos, sem concurso público;
2. Servidores estaduais ligados à área de Saúde, à disposição desse município, recebendo por cargo em comissão, gratificações de 89% (oitenta e nove por cento), e 40% (quarenta por cento) de insalubridade;
3. Secretários com cargos comissionados recebendo também qualificações de 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento), por dedicação exclusiva e tempo integral.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) DOUTOR ROSTINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Todo cidadão tem a obrigação de zelar pelo patrimônio e o erário público.

Cumprindo com os direitos de cidadania é que recorro a este Plenário, pedindo o apoio para aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 1982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SILVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de IPORÃ, no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor SALVADOR CAETANO DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador CÁSSIO MURILO TROVO HIDALGO, Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Iporã no referido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

#### REQUERIMENTO N° 1983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SILVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de IVATÉ, no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora ELMIDA GUARNIERI PANAZZOLO, Prefeita Municipal de Ivaté (Av. Rio de Janeiro, 2572); ao Vereador LOURIVAL PESTANA, Presidente da Câmara Municipal (Rua Loanda, s/n) CEP 87519-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Ivaté no referido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

#### REQUERIMENTO N° 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SILVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de MARILUZ, no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor JESSÉ BATISTA CORREA, Prefeito Municipal de Mariluz (Av. Marília, 1920); a Vereadora IVONE PERECIN, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 1690) CEP 87470-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

da.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Mariluz no referido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SILVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de CAFEZAL DO SUL, no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor MOYSÉS MENDES SANCHES, Prefeito Municipal de Cafetal do Sul (Rua Ítalo Orcelli, 796); ao Vereador JOSÉ ALTINO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal (Av. Ítalo Orcelli, 658) CEP 87567-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Cafetal do Sul no referido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 1986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SILVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de FRANCISCO ALVES, no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor JOSÉ DELAPRIA, Prefeito Municipal de Francisco Alves (Rua I. V. Boas, s/n); ao Vereador JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS MARTINS, Presidente da Câmara Municipal (Rua J. Ferreira, s/n) CEP 87570-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Francisco Alves no referido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER "Operação Desarmamento" durante a 2ª quinzena do mês de agosto do corrente ano, nas cidades de grande e médio portes do Estado do Paraná, bem como as seguintes informações:

1. Quantos portes de armas foram entregues este ano no Estado do Paraná?
2. Desses portes entregues, quantas armas foram furtadas?
3. Qual o número de armas apreendidas pela Polícia Civil e Polícia Militar este ano no Estado do Paraná?
4. Existem planos para estabelecer critérios junto as lojas especializadas em vendas de armas no Estado? Se não houver, estabelecer.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 2000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações junto ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, fazendo os seguintes questionamentos:

1. Qual o critério técnico utilizado para a compra de veículos importados para a polícia do Estado do Paraná?
2. Quantos veículos foram locados, qual a marca, ano, modelo, preço unitário e duração dos contratos?
3. Qual a modalidade utilizada para o certame licitatório?
4. Quais as empresas que foram contratadas?

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 1989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserida

nos Anais, a matéria "Saúde Brasil", escrita pelo médico Manoel Antônio Almeida Neto, publicado no jornal Gazeta do Povo, no último dia 23 de julho.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON JUSTUS

### Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 035/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Altera a redação da Resolução n° 159/90

R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 27 da Resolução n° 159, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, incluindo-se sempre um membro da Minoria, ainda que pela proporcionalidade não lhe caiba lugar".

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) EMERSON NERONE

### JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de resolução, transferimos para o Regimento Interno da Assembléia uma disposição aplicada na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Constatamos que a redação do artigo 27 do Regimento Interno desta Casa é, em seu início, idêntica à redação do artigo 23 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A única diferença está no final dos dois artigos. Dessa forma, como a opção desta Assembléia sempre foi pela democratização de todos os seus processos, achamos por bem complementar o artigo 27 do nosso Regimento Interno, oferecendo uma orientação categórica para a formação das Comissões Permanentes.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 036/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Altera a redação da Resolução n° 159/95

R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 120 da Resolução n° 159, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120 - Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça, que terá prazo máximo de três sessões para se pronunciar. Na sessão seguinte, o parecer da Comissão

será submetido ao Plenário.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata este artigo, o Deputado, com o apoio de um terço dos presentes, poderá requerer que o Plenário decida, de imediato, sobre o efeito suspensivo ao recurso".

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) EMERSON NERONE

### JUSTIFICATIVA:

A presente matéria visa tornar claro qual o procedimento que se deve adotar em caso de recurso interposto junto ao Plenário, porque tal assunto se constitui em lacuna inaceitável no texto do Regimento Interno da Casa.

A prática democrática exige que as opiniões antagônicas sejam respeitadas e tomadas como uma forma de crescimento para o Parlamento. As oportunidades devem ser iguais para todos os Deputados, independentemente da orientação partidária.

Já tivemos a oportunidade de interpor recurso contra decisão do Presidente da Mesa Executiva e este foi indeferido de ofício, sequer foi despachado para a Comissão de Constituição e Justiça e não foi objeto de deliberação pelo egrégio Plenário da Assembléia. Dessa forma, constatamos a real necessidade de conhecermos exatamente o procedimento destinado a resolver casos dessa natureza.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 037/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Altera a redação da Resolução n° 159/95

R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 31 da Resolução n° 159, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31 - As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo líder.

§ 1° - As vagas que sobrarem, uma vez aplicado o critério do "caput", serão destinadas aos Partidos ou Blocos Parlamentares, levando-se em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor.

§ 2° - Se verificado, após aplicados os critérios do "caput" e do parágrafo anterior, que há Partido ou Bloco Parlamen-

tar sem lugares suficientes nas Comissões para a sua bancada, ou Deputado sem legenda partidária, observar-se-á o seguinte:

I - a Mesa dará quarenta e oito horas ao Partido ou Bloco Parlamentar nessa condição, para que declare sua opção por obter lugar em Comissão em que não esteja ainda representado;

II - havendo coincidência de opções terá preferência o Partido ou Bloco Parlamentar de maior quociente partidário, conforme os critérios do "caput" e do parágrafo antecedente;

III - a vaga indicada será preenchida em primeiro lugar;

IV - só poderá haver o preenchimento de segunda vaga decorrente de opção, na mesma Comissão, quando em todas as outras já tiver sido preenchida uma primeira vaga, em idênticas condições;

V - atendidas as opções do Partido ou Bloco Parlamentar, serão recebidas as dos Deputados sem legenda partidária;

VI - quando mais de um Deputado optante escolher a mesma Comissão, terá preferência o mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º - Após o cumprimento do prescrito no parágrafo anterior, proceder-se-á à distribuição das demais vagas entre as bancadas com direito a se fazer representar na Comissão, de acordo com o estabelecido no "caput", considerando-se para efeito de cálculo da proporcionalidade o número de membros da Comissão, diminuindo de tantas unidades quantas as vagas preenchidas por opção.

§ 4º - Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de uma Comissão Permanente.

§ 5º - Ao Deputado, salvo se membro da Mesa, será sempre assegurado o direito de integrar, como titular, pelo menos uma Comissão, ainda que sem legenda partidária, ou quando esta não possa concorrer às vagas existentes pelo cálculo da proporcionalidade.

§ 6º - As modificações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares, que importem modificações da proporcionalidade partidária na composição das Comissões, só prevalecerão a partir da sessão legislativa subsequente".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) EMERSON NERONE

**JUSTIFICATIVA:**

A composição das Comissões Permanentes é sempre uma matéria árida a cada período

de renovação dos respectivos membros, razão pela qual queremos, com a presente matéria, sanar as lacunas existentes no Regimento Interno, oferecendo uma orientação segura para os nobres Deputados, respeitando sobretudo a proporcionalidade, sem contudo excluir desse processo as minorias representadas na Assembléia.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 273/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade de Iporã, no Município de Iporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, fundada em 08 de maio de 1991, sediada na Cidade de Iporã, à Rua Senador Souza Naves nº 1430, com personalidade jurídica de direito privado de assistência social e cultural, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, tem como principal objetivo a valorização do idoso.

Visando integrar e dinamizar as ações da comunidade dos idosos do Município de Iporã, a Associação vem prestando efetivos serviços no campo da promoção humana, com base nas atividades para os idosos, aproximando-os como agentes de seu próprio desenvolvimento, promovendo os vínculos de solidariedade e cooperação entre si, sociedade e família.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 274/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube Princesa dos Campos, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95.



(a) LUIZ CARLOS ZUK

## JUSTIFICATIVA:

O Clube Princesa dos Campos, "Clube Verde" como é conhecido, desde que foi fundado em 13/12/1897, até o presente momento, vem auxiliando as entidades assistenciais do Município de Ponta Grossa e promovendo eventos beneficentes para ajudar as pessoas carentes daquele município.

O Clube possui duas sedes no Município de Ponta Grossa, a sede social, situada à Rua Coronel Dulcídio, 901, e a campestre, no km 04, da Rodovia PR-11, onde sempre que possível são realizados eventos em prol da comunidade.

Em anexo, segue documentos que comprovam doações feitas pelo Clube Verde a entidades assistenciais de Ponta Grossa, bem como demais documentos necessários para o encaminhamento deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 276/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Incluir no Artigo 140 da Lei n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, o inciso II com a seguinte redação.

I - ...

II - se houver exercido, por um período não inferior à três anos consecutivos ou, cinco anos alternados, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, terá proventos de aposentadoria integradas pela remuneração do cargo ou função de maior valor que tenha exercido por um período mínimo de doze meses.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95  
(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa, visa assegurar às pessoas que ao longo de suas funções, prestaram serviços relevantes ao serviço público, ocupando cargos ou funções que exigiram dedicação exclusiva, novos conhecimentos, estudos, mudança de local de trabalho.

Os cargos em comissão e funções gratificadas, representam confiança e dedicação. Para estas funções são escolhidas pessoas altamente qualificadas e de extrema confiança.

Sendo assim, nada mais justo que em sua aposentadoria esta dedicação exclusiva, seja integralizado como forma de justiça e reconhecimento por serviços prestados.

PROJETO DE LEI N° 277/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Médio Paranapanema - AMEPAR, com sede e foro na Cidade de Londrina/PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95  
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI N° 278/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sabaudia, com sede e foro no Município de Sabaudia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95  
(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sabaudia, com sede e foro no Município de Sabaudia, mantém atividades de puericultura, além de manter as mães em cursos de alfabetização, higiene, profissionalizantes e orientá-las na alimentação e ensiná-las o uso de alimentos alternativos.

Pelos motivos expostos, conto com o apoio dos nobres Pares.

## Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 275/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 2° da Lei Complementar n° 56/91, de 18 de fevereiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2° - ...

I - população estimada, superior a 3.000 habitantes;

II - ...

III - ...

IV - existência de comércio, indústria, produção agrícola e pecuária e quaisquer outras atividades, que comprovem o potencial econômico-financeiro, garantindo auto-suficiência para o seu pleno funcionamento e desenvolvimento;

V - capacidade de oferta de ensino público fundamental;

VI - capacidade de oferta de serviços públicos de saúde;

VII - existência de infra-estrutura básica, no tocante ao abastecimento de água potável e energia elétrica, na sede do município;



VIII - existência de serviços telefônicos na sede do município.

§ 1º - ...

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e III, serão apurados por órgão competente do Estado, o de nº II, pelo Tribunal Regional Eleitoral, os de nº IV a VIII serão comprovados pelas respectivas Secretarias de Estado ou órgãos oficiais aos quais estejam vinculados, com representação por escrito à Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.95

(aa) ANIBAL KHURY, DUÍLIO GENART, NEREU ALVES DE MOURA, LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, CARLOS SIMOES, SÉRGIO SPADA, ROSSONI, EDNO GUIMARÃES E RENY BORSATTO.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com o presente projeto de lei complementar, oferecer as condições mínimas para viabilizar a emancipação político-administrativa de grandes comunidades, que há muito vêm aguardando uma solução deste Poder Legislativo.

Referimo-nos em especial àqueles Distritos que já têm Resoluções aprovadas pela Casa e se encontram paralisados por detalhes, principalmente na questão de população.

É correta a afirmação das comunidades, que dizem com muita convicção que é melhor ser um pequeno município do que um grande distrito.

Prova disso são os 74 municípios existentes no Estado, que possuem menos de 5.000 habitantes, muitos dos quais até com menos de 3.000 de habitantes (relação anexa) que comprovadamente tem o seu potencial econômico-financeiro, garantindo a auto-suficiência com o pleno funcionamento e desenvolvimento.

Apurando-se números, sabem essas comunidades que o retorno de recursos - centralizados pela União - é bem maior com a criação de município, principalmente se tomando por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios, afora inúmeras outras vantagens que fazem a população se sentir melhor assistida e protegida. Outros Estados nos dão exemplos por suas ações políticas nesse sentido, em especial Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que viabilizaram a criação de inúmeros pequenos municípios e hoje são beneficiados com volume bem maior de recursos federais, beneficiando inclusive o crescimento na geração de riquezas.

Exemplificamos ainda, os considerados países do primeiro mundo, reconhecidamente desenvolvidos como, Alemanha, França, Estados Unidos, etc., que são constituídos

por milhares de municípios, cujas comunidades, muitas até com menos de 1.000 habitantes, têm total autonomia para gerir seu próprio desenvolvimento. Resultou daí a consolidação de seu progresso econômico e social.

Ainda cabe afirmar, que um maior número de municípios desencadeia o processo de aceleração do desenvolvimento de todo o Estado, principalmente pelo novo ânimo e conjunção de esforços de todos que habitam àquela unidade municipal, buscando conjuntamente encontrar a solução para os seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está aberta a Sessão. Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a retirada feita pelo autor, Deputado Toti Colaço, fica em votação Srs. Deputados que concordam com a Ata que acaba de ser lida pelo Senhor 2º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, permaneçam como estão, Aprovada a Ata. Finda a leitura do Expediente. No Pequeno Expediente com a palavra Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez subo a Tribuna desta Casa, e aqui hoje nosso líder, Presidente do Partido, do PDT, o Pereira, visitando esta Casa de Leis, para dizer o seguinte:- Sr. Presidente, começando mais uma vez os trabalhos nesta Assembléia Legislativa, e com muita satisfação que quando nós chegamos à Capital do Estado pudemos observar a preocupação do Governo na área da Segurança Pública do Estado. Aonde vários municípios que não tinham condições, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar, para dar segurança, tranquilidade aos munícipes. Muitas vezes, nas cidades, em vez do dele-

Curitiba, quarta, em 02.08.95

gado correr atrás dos bandidos eram os bandidos que corriam atrás do delegado, por quê? Porque não se tinha viatura, carros em péssimas condições de uso e hoje nós subimos nesta Tribuna, com muita alegria e muito orgulho de ver o Governo Jaime Lerner e o nosso Secretário da Segurança Pública, Cândido Martins, preocupados realmente em dar um atendimento, em dar uma atenção especial aos pequenos municípios do interior do Estado do Paraná.

E isso foi uma alegria, quase que geral, porque são mais de 200 veículos, entre a Polícia Militar e a Polícia Civil distribuídos aos responsáveis pela Segurança para os municípios.

Em conversa com muitos prefeitos, realmente o Governo está começando a fazer um trabalho. Parabéns ao Governo do Estado, parabéns também ao nosso Secretário da Segurança Pública, pelo brilhante trabalho que vem fazendo frente à Segurança do Estado do Paraná.

E quando ontem nós ouvíamos aqui reclamações do nosso amigo, Eduardo Trevisan, fazendo suas reclamações de Secretários que não atendem pedido de Deputado, eu queria dizer que nós temos Secretários eficientes, no Governo do Estado do Paraná, principalmente o Secretário da Agricultura, companheiro Hermas Brandão, que tem atendido e trabalhado praticamente 24 horas. Hoje, pudemos observar, estivemos na Secretaria de Agricultura, e o Secretário Hermas Brandão, às 7.30 da manhã já estava lá, para dar atendimento aos prefeitos que vêm do interior, para trazer as suas reivindicações e levar alguma coisa de concreto lá para o seu município, lá para o interior do Estado do Paraná, na adequação de estradas nas diversas reivindicações. É um Secretário que tem atendido à altura e no qual eu acho que nós podemos dar, principalmente o Deputado Nelson Tureck, nota dez ao Secretário da Agricultura Hermas Brandão, assim como também o Secretário da Segurança Pública, o Cândido Manoel Martins de Oliveira, enfim a Secretaria da Criança, da Fany Lerner, através de seus assessores, também ao Secretário da Saúde aonde tem dado toda a eficiência, todo o atendimento aos nossos companheiros e principalmente a esse Deputado, enfim é lógico, existem Secretários que realmente não tem tido o respeito e a consideração com os Srs. Deputados, porque fui vereador e fui prefeito e quando fui prefeito pedia aos Secretários para que realmente dessem toda a atenção e todo o respeito aos nossos vereadores e hoje isso deixou muitas vezes de acontecer com os nossos Deputados estaduais.

Mas tenho certeza que o entrosamento com o governo Jaime Lerner, com a Casa Civil e acima de tudo que Secretários dêem

respeito ao nosso líder do governo aqui na Assembléia, Deputado Algaci Túlio, que tem batalhado muito, que tem se esforçado e realmente é uma das primeiras pessoas que deverá ser informado por secretarias do Governo do Estado a respeito de liberações de verbas, de reivindicações e indicações de Deputados aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É um começo, as coisas estão se ajeitando e é isso, só quero dizer uma coisa, que os problemas eles são de todas as ordens e que com a paz, com a união, a força, a fé e esperança de vencer para todos nós que somos reponsáveis não é só um partido que é PDT que está aqui hoje, mas também todos os demais imbuídos na confiança de nós transformarmos o Estado do Paraná junto com o Governo, com os Secretários é isso que nós precisamos fazer e tenho certeza que o companheirismo, a força de vontade desses Deputados, desta Casa de Leis, nós iremos, sem sombra de dúvidas, transformar o Estado do Paraná, vamos realmente levantar a cabeça e vamos olhar pelo nosso povo, por dias melhores.

Tenho dito.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Queria solicitar a V.Exa. Deputado Nelson Tureck, que de fato, quando o Governo vai à Tribuna falar, eu queria que amanhã me apoiasse aqui no requerimento que eu vou apresentar, fazendo um pedido de informações se esses veículos importados que estão sendo entregues, se eles são locados, se houve licitação para locação desses veículos e se a locadora que ganhou isso por algum acaso foi aquela do Sr. Osni Pacheco, a CONTRANS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nenhum Governo da história desse País, pode construir, pode edificar sem dinheiro, sem orçamento, me lembro do Governo Canet, do Governo Ney, do Governo Richa, do Governo Álvaro, do Governo Requião, todos esses Governos que passaram pelo meu Paraná, todos eles tiveram as suas dificuldades de colocar a sua plataforma de Governo, porque o espaço de tempo, eu acho isso o mínimo até para o Governo colocar na prática os seus sonhos e os seus ideais em prol do seu Município, em prol do seu Estado.

Ontem o que vi no Palácio Iguaçu, já vi também nos outros Governos. Realmente acho fantástico esse lançamento do Governo Jaime Lerner, do meu Governador, do Para-

ná, mais segurança. Acho de fundamental importância, o Paraná por mais saúde, o Paraná por mais educação, o Paraná por mais habitação, o Paraná por mais geração de emprego, acho de fundamental importância, o Paraná por um litoral mais dinâmico com geração de empregos, como quer o meu particular amigo, Deputado Ângelo Vanhoni, enfim para que haja tudo isso, Srs. Deputados, é preciso colocar na cabeça do povo brasileiro do meu Estado. Hoje quando o senhor chega na Argentina, nos países como a Argentina do MERCOSUL, no Uruguai. Participei numa reunião do MERCOSUL o ano passado, fui conhecer o que era o MERCOSUL, aprender um pouco do MERCOSUL, as minhas custas, não às custas desse Parlamento. E aprendi ao entrar num barbeiro, quando terminei de fazer a barba e cortar o meu cabelo, quando eu fui pagar Deputado Jocelito, já me deram a Nota Fiscal, quando eu fui tomar um cafezinho, eu não conheço Buenos Aires, não me pergunte, eu fui tomar um cafezinho numa das avenidas, quando terminei de tomar o café, paguei uma suposição vinte e cinco centavos recebi a Nota Fiscal. Fui ao Supermercado para ver o preço da batata, comparando com alguns amigos que eu tive a satisfação de conhecer na Argentina, fui visitar supermercados, empresas, fábricas de calçados e comprei uma bota, tenho a mania de usar botas, comprei a bota, quando terminei de pagar, saí só para ver a reação, o funcionário da loja Deputado Antônio Belinati, me chamou e disse: o Senhor não pode sair sem a Nota Fiscal, porque pode ter um fiscal aí fora e eu posso ser preso, o Senhor não pode sair sem a Nota Fiscal.

Isso não existe no Brasil, você vai a um restaurante em Londrina, ou em Curitiba, ou em Maringá, ou em qualquer parte do meu Estado, se você pede uma Nota Fiscal, Deputado Belinati, eles ficam brabos, eles te odeiam, te olham de cara feia. É inacreditável. Fui a um restaurante nesta semana na Capital do Estado, e só fiquei esperando: trouxeram o controle e trouxeram o troco e fiquei esperando e não veio a nota. Fui ao caixa e falei que queria a nota fiscal. A moça me olhou com tanta raiva, não falou nada. Pensou: "Esse homem é meio louco, é louco na televisão, então vai fazer um escândalo desgraçado". E eu ia fazer, Tavares. Ia fazer, porque eles estão sonegando o governo do Paraná, porque é muito fácil nós chegarmos aqui, criarmos projetos, criarmos leis e atravessar esse concreto. Ou você mandava para o governo Álvaro, Requião, para o governo Canet, para o governo do Jaime Lerner. E se não tem dinheiro para fazer, Deputado Tavares? Quantas vezes o senhor subiu naquela tribuna dizendo das dificuldades. Ontem mesmo o Deputado Belinati falava

aqui das dificuldades que está passando a família brasileira, não só do meu Estado, mas do país. O Plano Real favoreceu o pobre e o rico. A classe média foi violentamente assassinada neste país. Foi o que entendi do seu pronunciamento. Agora volto novamente. Olha, o governo Jaime Lerner não poderá fazer segurança se não arrecadar mais. O governo Jaime Lerner não poderá fazer saúde se ele não arrecadar mais. O governo Jaime Lerner não vai poder gerar empregos se ele não arrecadar mais. O governo Jaime Lerner não vai poder ajudar o Poder Judiciário, o Ministério Público, o funcionalismo Público que passa fome dentro dessa Assembleia, que vai ao meu gabinete buscar comida, não vai poder ajudá-los se nós não arrecadarmos mais. Por isso é que é importante. Fui convidado para ir ao Palácio. Ninguém me levou ao Palácio. Fui convidado para ir ao Palácio, trocar idéias com o senhor governador.

Fui dar idéias ao senhor governador. Discutir o problema da nota fiscal. É importante, Senhores Deputados que o governo do Paraná chame todos os jornais. Se tiver que pagar, vamos pagar. Vamos fazer uma rede estadual de televisão, de emissoras de rádio e explicar, meu Deus do céu! "O senhor, quando for fazer a barba, tem que pedir a nota fiscal.. O Senhor, quando for comer um sanduíche, o senhor tem que pedir a nota fiscal. O senhor, quando for comprar um sapato, tem que ter a nota fiscal. Por quê? Porque o povo, exigindo a nota fiscal, não vai haver sonegação. O governo vai arrecadar mais e se o governo arrecadar mais, Deputado Belinati, Luiz Carlos Zuk, Deputado Ricardo Chab, se o governo arrecadar mais, nós temos condições, o governo do Paraná tem condições de comprar mais 160 viaturas para a Polícia Militar, tem condições de trocar a geladeira do IML de Londrina, que não tem mais onde colocar cadáver quando funciona e às vezes nem funciona. Deputado Belinati, você sabe disso, que o nosso Instituto Médico Legal trocado por "caca" é barato demais, e nós temos que arrecadar. Nós temos que fazer a cabeça da família brasileira. Se nós arrecadarmos, nós vamos pagar melhor o professor, melhor o policial militar, melhor a Polícia Civil, melhor o funcionalismo público desse Estado. Se nós arrecadarmos mais, mais exigir, e não adianta só isso não, nós temos que meter na penitenciária, o grupo Athala de Porecatu que deu o maior golpe de ICMS na história desse Estado e desse país. Nós temos que meter no casão da penitenciária os empresários que roubam, que sonegam, que fazem notas frias, que fazem firmas fantasmas no Paraná. Temos que trazer a Receita Estadual. Nós temos que fortalecer os fiscais da Receita, construir módulos para a Polícia Rodoviária

ria em todas as rodovias do Paraná, para fiscalizar todos os caminhões carregados que entram no nosso Estado, que saem do nosso Estado, para saber se a nota é fria ou se a nota é roubada, se eles estão sonegando. Por isso acho de fundamental importância, senhores desse parlamento, que o governo do Estado do Paraná, o governo do meu Estado de Jaime Lerner que veio para abrir novos caminhos, novas estradas, abrir, neste Estado, novos pensamentos, abrir neste Estado uma nova mentalidade não da política mas do administrador. É importante que seja lançado no Estado do Paraná uma campanha forte, aguerrida - como ele disse a mim e disse ao Deputado Alagaci Túlio: - Vamos arrecadar mais, vamos trazer dinheiro aos cofres públicos para que possamos, de um lado, ajudarmos o funcionalismo público, ajudarmos a Polícia Militar, ajudarmos a Polícia Civil. Mas, de outro lado, temos que pensar na escola, na merenda. Temos que pensar na segurança, temos que pensar na saúde. Temos que pensar na geração de empregos. Se nós não arrecadarmos - meu querido Deputado Tureck - e os demais Deputados, sabem, os que já foram prefeito, que se os senhores não arrecadassem em seus municípios do que se viveria?

Quando o Deputado Belinati construiu a maior creche do Brasil, em Londrina, ele construiu com recursos próprios. Quantas vezes via no jornal, o Belinati, procurando recurso ali, ali e ali e voltava de mão vazia! E um dia ele chegou e falou: - Vou fazer com o meu recurso. Então o recurso é: pagar o IPTU. Quantos prefeitos do Paraná não sabem que há necessidade de arrecadar mais para os cofres públicos. Porque se você tiver dinheiro dentro da prefeitura você pode pagar melhor o professor, o seu funcionário. Agora, se você arrecada dez milhões de reais: 5 você aplica no funcionalismo público - como o Belinati fazia em Londrina. E 5 você aplica nas obras de ação social, você aplica nas obras que vêm de interesse à comunidade. É isso que o Governador Jaime Lerner quer. Neste lançamento, não do Cidadão Nota 10. Cidadão Nota 10, para mim, é aquele que trabalha hoje pra pagar o que comeu ontem. Esse é cidadão Nota 10, agora nós temos que fazer uma campanha não é para o Cidadão Nota 10. Nós temos que fazer uma campanha de credibilidade, de caráter, de vergonha na cara exigindo a nota fiscal, acabar com a sonegação no Estado. Se você arrecadar você tem condições de aumentar o professor, o policial militar, o civil, aumentar o funcionalismo que passa fome neste Estado. E de outro lado você tem condições de reconstruir com novos caminhos o Estado do Paraná.

Por isso espero que o Governo Jaime

Lerner e espero que todos os Senhores Deputados e espero que a Imprensa do meu Estado ajude o nosso Estado - exija a nota fiscal! Vamos acabar com a sonegação! Vamos meter na penitenciária os maus pagadores, os sonegadores que são uns ladrões dos cofres públicos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria em rápidas palavras sintetizar uma preocupação minha, do Deputado Ricardo Chab, até na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, tendo como vice-Presidente o Deputado Luiz Carlos Alborghetti. No começo dos nossos trabalhos aqui na Assembleia Legislativa, o Deputado Eduardo Trevisan, que não se encontra presente, tentou, levantar aqui nesta Casa uma idéia com relação ao porte de arma. E quero nesta tarde trazer aos senhores uma preocupação, olha, uma preocupação que deve ser estendida a toda a sociedade, não só aqui da capital do Estado. Nós tivemos no mês de julho, em Curitiba, um total de 47 assassinatos. Quarenta e sete pessoas foram mortas em Curitiba no mês de julho. Quando falo em Curitiba falo também é claro da região metropolitana. Dessas 47 pessoas assassinadas, trinta e oito delas foram mortas a tiros, Deputado Alborghetti.

Então, tivemos em Curitiba e na região metropolitana 38 pessoas mortas a tiros no mês de julho, o que dá uma média de um e pouquinho por dia.

Quero nesta tarde até porque daqui a pouco chega à Mesa desta Casa um requerimento nosso e também um pedido de informação à Secretaria de Segurança Pública. O nosso requerimento é o seguinte, nós estamos pedindo e gostaria de contar com o aval de todos os senhores, que a Secretaria de Estado da Segurança Pública desenvolva uma operação desarmamento, agora a partir do dia 15 de agosto, mas uma operação desarmamento em todo o Estado do Paraná nas grandes cidades e nas cidades de médio porte. Por quê? Porque nós sabemos que hoje nós temos nas ruas um verdadeiro exército clandestino. São pessoas que estão armadas, porém são armas ilegais.

E num outro pedido, no pedido de informação, que daqui a pouco vou enviar à Mesa desta Casa, solicito à Secretaria da Segurança Pública que nos informe quantos portes de armas que já foram furtadas neste período. E aí que é a preocupação. Quero levantar isto aqui nesta Casa porque há hoje um ledor engano de todos nós da sociedade. Nós vivemos hoje numa sociedade extremamente violenta. E o ledor engano aonde está? Está porque nós temos uma cam-

panha publicitária em torno de armas. Hoje é muito mais fácil você comprar uma arma a crédito pagando em doze pagamentos do que você na verdade comprar uma comida fiado num boteco ou num armazém. Você tem um crédito rápido e fácil para você adquirir qualquer tipo de arma. Então veja bem, quer saber o número de armas que foram furtadas neste período, quantas queixas foram registradas, para que todos nós possamos ter o número de pessoas que estão armadas clandestinamente.

Segundo, estou pedindo também para que a polícia, a Secretaria de Segurança Pública nos informe o número de armas apreendidas nesse ano de 95 e também quero pedir até para que a Secretaria da Segurança Pública estabeleça critérios com relação a venda de armas. Digo isto por quê? Porque hoje nós estamos dentro de uma situação que é lastimável. Há uma empresa que vende armas na capital do Estado e tem um ônibus e este ônibus anda pelo interior do Estado fazendo demonstração de arma, como se comprar arma de fogo fosse o mesmo que você dar à criança um pirulito.

Ou nós vamos estabelecer as regras do jogo no que diz respeito ao armamento ou nós vamos ter este exército clandestino matando pessoas de bem. E olha gente, foi-se o tempo que na camada menos abastada da sociedade se matava a faca, Deputado Alborghetti. Hoje se mata a tiros e se mata além disto com pistola automática.

Então, quero aqui pedir o apoio de todos os senhores. É uma preocupação profunda que tenho porque dos 38 assassinatos praticados em Curitiba, no mês de julho, dos 38 assassinatos a polícia nos informa que das 38 mortes, dos assassinatos praticados a tiro, 95% desse número foram com armas a tiros, 95% desse número foram com armas ilegais. Então, nós perdemos totalmente o controle, e é preciso reestabelecer o controle, porque há uma farta e ampla publicidade em torno da arma, como se uma arma no guarda roupa, no criado mudo pudesse na verdade garantir a segurança de uma família. Isso não é verdade, é uma tremenda mentira, e o que nós estamos vendo é uma tremenda guerra, principalmente nas grandes cidades. Por isso, quero pedir o apoio de todos os senhores, tanto no requerimento como também nesse pedido de informação. E que todos nós, que a Assembléia Legislativa de um modo geral, que a Assembléia Legislativa puxe para si a responsabilidade com relação a questão de porte de arma, com relação a venda de arma, porque por traz dessa venda ilegal, por traz dessa venda aonde se visa o grande lucro nós temos visto a morte de adolescentes e até mesmo morte de crianças na questão do disparo acidental de arma de fogo. Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é impossível o aparte, apenas para deixar registrado uma indagação a mais ao ilustre Deputado Ricardo Chab, que fosse possível indagar da legalidade desse ônibus ambulante que vende armas no interior do Paraná, porque fiquei surpreso quando no Município de Peabiru encontrei o ônibus na praça vendendo armas de todo tipo, de todo porte. E já que, parabênizo V.Exa., se está no requerimento para saber da legalidade deste ônibus e das armas que estão sendo vendidas pelo interior do Estado do Paraná.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Só para informar ao Deputado Toti Colaço. No requerimento estou perguntando o seguinte: - estabelecer critérios com relação a venda de armas em todo o Estado do Paraná, qual o critério? É claro que a questão do ônibus é a olhos vistos, já vi o ônibus inclusive demonstrando armas de fogo, parece que se vende pipoca no Passeio Público.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Presidente Luiz Carlos Zuk, membros da Mesa Executiva, Srs. Deputados, no último final de semana o Partido dos Trabalhadores realizou a sua convenção Estadual, e no processo de renovação partidária três candidatos concorrem à presidência do Partido, e quatro chapas concorreram à renovação do Diretório. A chapa encabeçada pelo Vereador daqui de Curitiba, que foi candidato a Governador do Estado do Paraná, o Vereador Jorge Samek, saiu vencedor com 110 votos para a sua candidatura a presidência, o Deputado Florisvaldo Fier foi um dos candidatos que concorreu à Presidência do Partido, obteve 45 votos, e o Deputado Paulo Bernardo, Deputado Federal de Londrina, obteve 33 votos. Nós entendemos que a vitória de Jorge Samek é, abre uma perspectiva do Partido dos Trabalhadores entender a realidade de que está passando o nosso País, o Estado do Paraná, e pode constituir a possibilidade da formação de um núcleo dirigente dentro do PT que possam levar os trabalhadores, e a maioria da população do Estado do Paraná, às suas conquistas do ponto de vista das reivindicações históricas da classe trabalhadora.

Mas o que me traz a esta Tribuna é anunciar a esta Assembléia que amanhã estou entrando com pedido de informações junto à Diretoria do Banco do Estado do Paraná. Como todos os senhores sabem já há algum tempo o Banco do Estado do Paraná utiliza-se da Polícia Militar para fazer o processo de vigilância das dependências do



Banco do Estado do Paraná, são perto de 400, 500 homens da Polícia Militar que fazem o processo de vigilância. Desde que a Polícia Militar esteve vigiando, e presente nas dependências do Banco do Estado, o número de assaltos diminuiu sensivelmente. Nós não temos assistido no Banco do Estado do Paraná assaltos às agências bancárias, pelo contrário, nós temos visto que os assaltos têm aumentado nas instituições privadas, Banco BAMERINDUS, ITAÚ, UNIBANCO, e nas dependências do Banco do Estado do Paraná há uma certa tranqüilidade desde que a Polícia Militar passou a proceder o trabalho de vigilância bancária. No entanto, para nossa surpresa, neste momento de dificuldade do sistema financeiro, o Banco do Estado anunciou um lucro operacional, agora para este semestre, palavras do Presidente do Banco, o Dr. Favet, de 14.000.000 de reais. Se nós tomarmos como parâmetro o lucro auferido pelo Banco do Estado no semestre anterior, é claro que diante deste quadro de dificuldade, de arrocho, imposto pelo Banco Central, mas a situação dos Bancos não é uma situação de tranqüilidade do ponto de vista das suas operações econômicas e financeiras, mas nos surpreende a retirada da Polícia Militar das dependências do Banco do Estado do Paraná, neste momento.

Há uma tentativa de retirada, está em curso o processo, só está barrado por uma decisão da Justiça, que foi dado um mandado de Segurança, em função do processo licitatório na contratação de cinco empresas para proceder a contratação de 700 vigilantes para as instituições do Banco do Estado do Paraná. Pois bem, quero dizer aos senhores que o contrato gira em torno de perto de 5.000.000 de reais que serão drenados dos recursos auferidos pelo Banco do Estado do Paraná, para pagar o processo de vigilância, no meu entender, neste momento, virá prejudicar enormemente esta instituição financeira. Então quero comunicar a esta Casa que amanhã estarei entrando com um Pedido de Informações, junto a diretoria do Banco em relação ao porquê do mandado de segurança. Em relação ao processo licitatório há dúvidas quanto a correção do processo licitatório desencadeado pela diretoria do Banco do Estado do Paraná e também estou pedindo informações, junto ao Governo do Estado, se essa possibilidade de contratação de serviços privados para o processo de vigilância, não pode ser prorrogado por mais seis meses, ou por mais um ano, diante do quadro de dificuldades porque passam as instituições financeiras, sobretudo o Banco Público do Estado do Paraná.

Mais ainda, Senhor Presidente, no final do mês de maio, entrei com um pedido, um requerimento a esta Casa e até agora

não obtive resposta. O Banco do Estado do Paraná tem uma instituição que se chama BANESTADO Clube, o BANESTADO Clube, como os Srs. Deputados sabem, os Deputados da Legislatura passada sabem, é uma instituição do Banco do Estado que, junto com o Governo do Estado, procede uma série de doações para entidades filantrópicas, sociais, espalhadas no território do Estado do Paraná. E há várias denúncias de irregularidades no BANESTADO Clube, isto é, repasse de recursos, repasse de Kombis, repasse de cestas básicas, repasse de cobertores, repasse de verbas vultosas para entidades que nunca existiram, isso através do BANESTADO Clube. Solicitei no meu requerimento toda a lista das entidades que receberam recursos do BANESTADO Clube, no período de 94, 93 e 92, e até agora não recebi um único comunicado da diretoria do Banco do Estado do Paraná.

Quero comunicar a esta Casa que este requerimento foi aprovado, como manda a Constituição do Estado do Paraná, é obrigação do Banco do Estado porque são verbas públicas que são destinadas a entidades civis, entidades públicas, que devem prestar serviços à comunidade. É nosso dever fiscalizar e ter transparência, não há sigilo bancário que justifique a não prestação de contas dessas verbas para a Assembleia Legislativa do Paraná. Estou novamente, a partir de amanhã reforçando o pedido e caso não tenha a resposta do Banco do Estado do Paraná, quero dizer a esta Assembleia e à Mesa Executiva, que estarei entrando na Justiça contra a direção do Banco do Estado do Paraná, por ter até agora negado as informações, aprovadas em Plenário, por esta Casa de Leis.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Queria só dizer, esqueci de no pronunciamento apartear o Deputado Ricardo Chab a respeito do Ônibus, então queria comunicar que tanto eu como o Deputado Ricardo Chab, vamos entrar também na segunda ou terça-feira com requerimento a esta Mesa que seja encaminhado ao Governo do Estado, quantas firmas de segurança existem no Estado do Paraná. As formas de segurança hoje é o maior exército armado do Estado do Paraná.

Hoje temos milhares de seguranças, sem porte de arma andando armado, é o maior exército armado e não sabemos que essas firmas são cadastradas na Secretaria de Segurança, não sabemos de que maneira se dá o porte de arma para um cidadão que entra numa firma e já anda armado dizendo que é "otoridade".

Então este é o tema que na segunda ou terça-feira entraremos neste Plenário, va-

mos debater, porque existe a máfia de firmas fantasmas de segurança do Estado do Paraná que estão mais bem armadas que a própria polícia do meu Estado.  
Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Só gostaria de reforçar as palavras do Deputado Alborghetti e dizer que a preocupação dele é uma preocupação que todos temos que ter porque afinal de contas temos aí um exército clandestino. E qual o controle que se tem a respeito disso?  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra do Deputado César Seleme.

O SR. CÉSAR SELEME - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo a esta tribuna, apenas para fazer um comunicado, que na manhã de hoje estive no município de Antônio Olinto, onde foi devolvido para aquela comunidade a Nossa Senhora dos Corais, que foi recuperada em Matinhos.

Naquele evento estava presente o Secretário da Segurança, Dr. Cândido, juntamente com a sua equipe da Polícia Civil e Militar, foi um dia festivo para aquela comunidade que viu recuperada a imagem de uma santa que eles tanto respeitam e admiram e praticamente é adorada e venerada em toda aquela região.

A comunidade de Antônio Olinto se sentiu gratificada e a chegada do quadro da Nossa Senhora dos Corais foi realmente, Senhores Deputados, muito comovente, estava lá o Bispo, D. Ibraim, toda comunidade religiosa e as autoridades locais, Prefeito e Vereadores.

Também gostaria de registrar que durante o mês de julho estivemos em Salvador no Congresso Nacional das APAEs de todo o Brasil, onde se reuniram mais de quatro mil pessoas num verdadeiro entrosamento da educação especial a nível de Brasil.

Estamos pensando em fazer na semana do excepcional no município de Curitiba o 1º Festival da Cidade, tentamos e estamos conseguindo verba para trazer os cantores da cidade de Santiago-Chile, mas para falar desse assunto virei novamente a esta tribuna.

A finalidade de subir era realmente comunicar de que a comunidade de Antônio Olinto se sentiu gratificada e agradece ao Secretário de Segurança, com toda sua Polícia Militar e Civil no desempenho, porque houve realmente um trabalho muito sério para que fosse encontrado aquele quadro e devolvido ao município de Antônio Olinto.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero inicialmente antes de entrar ao assunto que me traz à tribuna, Deputado Alborghetti, primeiro parabenizar a ação tanto de V. Exa. quanto do Ricardo Chab, da preocupação quanto a questão de segurança.

Segundo, tecer um rápido comentário sobre a questão do "Cidadão Nota Dez", Deputado Alborghetti, no seguinte sentido: é conhecido da Receita do Estado, da Fiscalização do Estado que grande quantidade do comércio, do pequeno comércio do Estado do Paraná, representa muito pouco no bolo do ICMS. Entenda bem, sou favorável a toda e qualquer campanha que exista de aumento de arrecadação. A minha preocupação, Deputado Alborghetti, é que não permaneça exclusivamente na campanha levado pela criança da escola, pedindo Nota, me permita um termo bem peculiar - no budegueiro da esquina, - na livraria e tal. O que precisa junto com o "Cidadão Nota Dez", é que a estrutura fiscal do Estado mantenha uma ampla fiscalização em cima do grande contribuinte. Porque se não Deputado Alborghetti, enquanto a criança motivada pela escola, está ali pedindo a Nota Fiscal de um lápis, de um caderno, de um tênis, o pecuarista continua entregando 200, 300 bois para o frigorífico sem Nota. O cerealista continua levando 10, 15, 20 cargas de produtos agrícolas sem Nota. E isso é o grande volume de arrecadação do ICMS do Estado do Paraná.

Então precisamos ter uma campanha de fiscalização no Estado do Paraná no pequeno comércio, sim, precisamos até como forma de criação dessa mentalidade cívica de que o imposto é uma obrigação do comerciante pagar principalmente o ICMS que ele já recolhe antecipado. Mas no entanto, se não apertar a fiscalização no grande contribuinte do Estado V. Exa. poderá sentir no próximo mês, que a arrecadação não vai aumentar. Vou citar um exemplo, a Delegacia da Receita de Pato Branco, nobre Deputado Alborghetti, cidade representada pelo nosso amigo Zuk com 27 ou 28 municípios, representa aproximadamente 3% da arrecadação o Estado do Paraná em ICMS. Sabem por quê? Porque é uma região agrícola. A primeira Delegacia da Receita de Curitiba sozinha, Curitiba, Metropolitana e Litoral onde entra o Porto de Paranaguá, representa mais de 50% da arrecadação do ICMS do Estado do Paraná, devido a concentração de grandes empresas, de grandes atacadistas e do Porto de Paranaguá. Quer dizer, uma



pressão exclusiva e única em cima do pequeno comerciante do interior do Estado, a título de aumentar a arrecadação e não vai aumentar se não fizermos uma campanha em cima do grande contribuinte do Estado do Paraná, que esse sim não pode sonegar.

Então sou favorável a campanha, mas deixo aqui o alerta e o pedido que o Governo centralize a sua ação de fiscalização em cima dos 4 ou 5% de grandes empresários do Paraná que são os responsáveis.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência sempre tem contribuído e confesso a V. Exa. que não tenho vergonha de dizer e tenho aprendido muito com V. Exa. e com outros companheiros que tenho nesta Casa, para mim é uma satisfação, tanto com V. Exa. quanto com o Dr. Rosinha que está aqui ao meu lado. Vou aprendendo porque a vida Parlamentar, para mim, é uma escola, você vai aprendendo. Confesso ao Senhor, ilustre Deputado Caíto Quintana, tive uma audiência junto com o Deputado Algaci Túlio, e a primeira preocupação do Deputado, não estou aqui autorizado para falar em nome do Deputado Algaci Túlio, mas não posso mentir, como nunca menti para V. Exa.. No Governo Álvaro também houve uma grande campanha grande campanha, Vossa Excelência se lembra.

No Governo Requião também tivemos uma grande campanha e a preocupação do Deputado Algaci é com o fiscal, porque me lembro que nesta audiência o Deputado Algaci estava preocupado com a corrupção do fiscal, de chegar na grande indústria e ser subornado. Então estávamos ali trocando idéias de como parar com os subornos. Outra idéia que o Deputado trouxe naquele momento, a respeito dos postos e o Governador acatou a idéia do Deputado Algaci, e uma preocupação que acho válida, colocar mais postos de fiscalização junto com a polícia rodoviária para fiscalizar o boi que sai do campo e que sonega. Então, o Deputado Algaci estava tenso na audiência, preocupado com os postos de fiscalização do Estado do Paraná e o Governador com muita humildade se levantou e acatou as sugestões do Deputado Algaci. Então achei fantástico quando comentei isso no meu programa de televisão.

Outro detalhe: também tenho a idéia de que o Governo tem que dialogar com os fiscais, porque os fiscais têm que chegar à porta do Governador. O Governador tem que ir ao fiscal, mas não na pequeninha livraria da Vila Oficinas, não ir lá em Londrina, no Jardim Bandeirantes, numa pequeninha escola, não lá em Irati, na terra do prefeito e colega Toti Colaço, ir lá no comerciantezinho humilde e pedir a nota fiscal. Cadê o dinheiro do Athala? Cadê o dinheiro que a Folha de Londrina denunciou

recentemente que frigoríficos do Estado do Paraná, que trabalham com notas fiscais? Cadê? Se não me engano, o Deputado Nerone denunciava naquela região de litígio, em Pinhão, grupos de fazendeiros milionários que sonegam. Não sei se Vossa Excelência viu uma lista recentemente dos grandes golpes dados ao Banco do Brasil, a maior pouca vergonha, o maior disparate deste Estado e deste País, roubar o Banco do Brasil.

Olha, Deputado Caíto, confesso a você, digo como homem do Governo nesta Casa, que votei no Governador, também, não concordo com o cidadão nota 10. Não concordo de o aluno chegar com humildade, com aquela notinha, para receber o cuponzinho. Não, concordo com esse tipo de idéia. Concordo é com a idéia que o Deputado Algaci plantou de colocar fiscalização nas rodovias.

Outro detalhe: de pegar os grandes sonegadores, os grandes ladrões, metê-los no casão da penitenciária, porque eles estão roubando a merenda escolar, estão roubando a segurança, a saúde, a educação do povo. Se falar a verdade merece castigo, quero ser castigado. No dia em que prender meia dúzia de vagabundos da elite dominante, que rouba a merenda do Governo do Estado, esse Paraná vai criar vergonha na cara.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte do Deputado Alborghetti, porque enriquece essa abertura que eu pretendia fazer exclusivamente, para dizer que é bem-vinda a campanha, mas que ela aperte em cima do grande contribuinte.

Mas o assunto que me traz à tribuna, Senhores Parlamentares...

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizá-lo também e entendo que Vossa Excelência também conhece e sabe o espírito da campanha e coincidentemente, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a questão dos bingos. E hoje um dos jornais da cidade, se não me engano o Jornal do Estado, traz uma matéria em que mostra que as casas de bingo têm uma arrecadação realmente extraordinária e que não se tem uma certeza de que estejam recolhendo imposto sobre isso. Acho que a Campanha Cidadão Nota 10, aumento de arrecadação não fica somente em cima da questão do ICMS mas fica em tudo em cima daquilo que for possível arrecadar para o Estado porque vivemos numa fase de recessão, não há moeda circulante em nosso País, não há possibilidade e tem se sentido isso pela dificuldade das empresas onde muitas estão fechando, outras estão

dando férias coletivas a funcionários. E isso impossibilita uma arrecadação melhor para o Estado.

Então acho que a CPI que Vossa Excelência preside é importante e vem numa hora muito boa. E espero que essas casas de bingo possam ser questionadas junto a esta CPI: de que forma estão arrecadando, como estão arrecadando e até pedir ao serviço da SERLOPAR, também, uma fiscalização maior nessas casas. A gente sabe da dificuldade que eles têm de fiscalização. Acho que é necessário reforçar a fiscalização no sentido de que a gente possa, realmente, saber se a gente está arrecadando, se estão recolhendo. Quem está ficando rico às custas do dinheiro mingauado do povo. Agradeço o aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Algaci Túlio e Alborghetti agradeço pelos apertes. E sugiro mais: a manutenção de postos que existiam e que, lamentavelmente, foram fechados inclusive em governos nossos, na divisa do Paraná com Santa Catarina onde se dá uma evasão muito grande de produtos agrícolas produzidos no Sudoeste que vai para Santa Catarina, não tem controle, sai sem ICMS dos municípios, é beneficiado lá e volta para o Paraná agregando imposto para aquele Estado.

Então acho que a campanha é válida desde se concentre em cima também do grande contribuinte e não se fique, apenas, no pequeno comerciante. Mas queria tratar, aqui, e me permita entrar no assunto e não quero ser interesseiro no assunto.

Tem-se noticiado de que o Governo vai dar um aumento ao servidor público em 10%. Acredito que esta Casa não tem, até o presente momento, dados que possam dizer de que esta Mensagem esteja na Casa. Prefiro comentar este assunto, agora, hoje, aqui, antes da Mensagem do aumento estar adentrando na Casa para não parecer oportunismo da minha parte, com respeito a uma preocupação que tenho. Alguns Parlamentares são testemunhas e nós já colocamos isso na imprensa.

Vossa Excelência como Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, um dia convidei-o para que discutíssemos esse assunto porque me preocupa a repercussão que ele possa gerar no futuro para o Estado do Paraná. Hoje de manhã, sendo entrevistado em um programa de tevê do nosso Estado, declarava eu, nesta entrevista, de que o processo que estamos utilizando de gratificações é uma bomba relógio instalada na questão pagamento salarial do Estado do Paraná. Uma bomba que acaba estourando mais hoje, mais amanhã.

Qual é a análise que quero fazer: durante os governos passados fizemos pressões e mais pressões de determinados ser-

vidores - para ser específico Secretários de Estado - que julgavam o salário de Secretário de Estado baixo. Não atendendo as necessidades da função de Secretário. E era uma verdade contestada tanto que o governo anterior, o governo que eu servi como Chefe da Casa Civil colocamos para que a Procuradoria do Estado nos desse parecer de que forma poderia se aumentar o salário dos Secretários de Estado sem comprometer a isonomia salarial. Não foi encontrada fórmula.

O que quero me referir e quero deixar claro, acho que os Secretários do Estado do Paraná como qualquer outro Estado da Federação precisam ter uma remuneração condizente com a sua função. Não é contra salário de Secretário que me oponho. Mas vejo essa matéria aqui: Governo garante reajuste de 242% para os Secretários. Isto foi lá atrás.

Como foi feito, Deputado? O salário era de dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos. O Governo por decisão pessoal do Executivo, sem nada, eu acho até que não precisaria passar, instituiu uma gratificação no valor de quatro mil e duzentos reais para a função de Secretário de Estado. Com isso o Governo está pagando ao Secretário de Estado o seu salário de dois mil quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos, com mais quatro mil e duzentos de gratificação, atingindo seis mil e poucos reais recebendo o Secretário de Estado.

Muito bem, se pegarmos, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o Ato está aqui, o Ato do Governador que concedeu esse aumento em cima de um puro e simples requerimento do Secretário da Administração pedindo a implantação dos quatro mil e duzentos reais como gratificação, um carimbo e o autorizo do Governador assinando em baixo.

Invocando o artigo 172 e 178 da Lei nº 6.174, que é o Estatuto do Servidor Público, até aí também discutível a questão do enquadramento nesses artigos do Estatuto da condição do Secretário, porque o Estatuto autoriza para quem presta, servidor que presta serviço diretamente ao Chefe do Poder Executivo. Assessoramento. É uma questão de discutir se o Secretário enquadra ou não enquadra. Mas a minha preocupação não é esta, Senhores Parlamentares. A minha preocupação é com o advento da Constituição. Notem bem, Deputado Alborghetti, o artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná, que é a reprodução da Constituição da República, nos diz no seu inciso II: A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre o maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado como limite máximo no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos

como remuneração em espécie a qualquer título, por Deputado, Secretários e Desembargadores. O que este artigo está dizendo, Senhores Deputados? Que no âmbito do Poder Legislativo o Deputado é o parâmetro do maior salário do Legislativo. No âmbito do Executivo, o parâmetro é o salário do Secretário e por esta razão o Secretário é o grande penalizado, porque ele, em síntese, é o redutor constitucional, e esse artigo diz que o maior salário do Executivo é o salário do Secretário de Estado que receba em espécie, significa em dinheiro, a qualquer título, gratificação, hora extra, TIDE, tempo integral, seja o que for, a qualquer título, este é o maior salário do Executivo.

Pois bem, se o salário do Secretário, nobres Deputados, vai a seis mil e pouco, existe um outro dispositivo constitucional, que é o artigo 135 da Constituição Federal que relaciona as carreiras jurídicas, a isonomia de pagamento nas carreiras jurídicas. No artigo 135, o que é isonomia das carreiras jurídicas. O delegado de polícia, por força desse artigo, que por sinal está no artigo especial, no artigo 47 da Constituição Estadual, tem isonomia com a carreira jurídica. A Defensoria Pública nasceu com isonomia na carreira jurídica. A Defensoria Pública nasceu com isonomia na carreira jurídica. O Ministério Público tem isonomia com as carreiras jurídicas. A Defensoria Pública também tem.

Portanto, o que é isonomia na carreira jurídica? Ganham igual a juiz, igual ao Judiciário em outras palavras.

Mostraria aqui, Deputado, para corroborar com o que estou falando. Isto aqui é um contra-cheque de um servidor, não importa de quem, apenas para alimentar o nosso raciocínio. Este servidor do Estado faz parte de uma dessas carreiras jurídicas estipulada no artigo 135 da Constituição Federal. Então, ele tem aqui, na coluna da esquerda, da minha esquerda, como vencimentos, um mil e seiscentos e setenta e oito, adicional, mais salário família, mais verba de representação, dois mil e quinhentos e cinquenta e quatro. Portanto, total das vantagens: cinco mil, duzentos e quinze e quarenta e cinco, Deputado Alborghetti. Este é o salário dele.

Não precisa, a lei não precisa aumentar o salário dele. Esse é o salário dele. No entanto, ele não recebe isso. Por que ele não recebe isso? Ele não recebe isso porque ele tem aqui o desconto regimental, conforme a Constituição determina, de 1954.

Por que ele tem esse desconto? Porque como integrante do Poder Executivo, ele não pode ganhar mais do que o Secretário. Como o salário do Secretário é R\$ 2.760,00 tudo aquilo que o Procurador, o Delegado,

o Defensor Público, o pessoal do CREA, da área do Executivo, todos aqueles que atingirem o redutor de R\$ 2.760,00, acaba descontando. Ora, Deputados, no instante em que o Governo concede como gratificação ao Secretário R\$ 4.200,00 e eleva o Secretário para seis e pouco, não há uma vírgula na lei que possa justificar esses descontos, porque não está mais atingido pelo redutor.

Então, o que vai acontecer na sequência? O Sindicato dos Delegados de Polícia, entrando na justiça, evidentemente vai receber o salário na classificação do artigo 135 de carreira jurídica. A Defensoria Pública a mesma coisa, a Procuradoria a mesma coisa. Todos os salários atingidos pelo teto de R\$ 2.760,00 serão igualados no limite do seu salário.

Muito bem, Deputado Zé Maria, o que acontece na sequência? Vai ganhar na justiça, não tenha dúvida. Não existe uma vírgula legal que possa permitir que se continue fazendo esse desconto em nome de um redutor que não existe mais, porque o teto do Secretário aumentou, não tem mais como fazer isso.

Bom, baseado nisso aqui, você vai aumentar o salário do Delegado, o salário do Procurador, do Defensor, e aí, nobre Deputado Duílio Genari, vai bater numa outra questão que são as leis, e uma inclusive, do Governador Lerner, que é a última que está aqui, que mantém, embora revogando a questão do adicional, mantém aqui, artigo 7º: "Para fins do inciso 11, do artigo 27, da Constituição Estadual, o limite máximo a ser pago ao servidor do Estado não poderá exceder a vinte vezes o menor vencimento básico".

Ora, no instante em que aumentar o salário do Delegado, não pode haver diferença, Deputado Zuk, de mais de vinte vezes entre o maior e o menor.

Veja bem aqui, o teto historicamente mantido no Paraná de 2,570 x 60, é só multiplicar pelo menor salário do Estado, aqui num projeto do Governador Lerner, de 128,93 multiplica por vinte, que vai dar esse teto, porque era o teto do redutor. No instante em que subir para seis o maior salário, o menor, Deputado Rosinha, só pode ser vinte vezes menos, conseqüentemente terá que ser no mínimo R\$ 300,00 o menor salário do Estado, destampando e duixando de cima para baixo todas as carreiras.

A minha preocupação nesse instante, e por isso quero fazer esse pronunciamento aqui na Assembléia, Deputado Alborghetti, para que a Assembléia Legislativa não passe batida, isso não é um projeto de lei que estou apresentando, não estamos discutindo isso em cima do aumento que o Governo vai mandar para a Assembléia, é um

alerta, uma contribuição que queremos dar em nome do Poder Legislativo, para que o Governo comece a se precaver sobre esse assunto, porque esse assunto é uma bomba de efeito retardado na questão financeira do Estado do Paraná, porque começa associação atrás de associação, me nego de fornecer o nome, mas tenho aqui a cópia de uma associação que está com o mandado de segurança pronto para entrar na justiça.

Vai ganhar, e outras ganharão. E seguramente o Estado não terá estrutura financeira para suportar.

Parece-me que a assessoria que está orientando a questão salarial do Governo Lerner, está mal informada, está enxergando pelo lado oposto, como se fosse possível o Secretário ter um salário, ter mais 35%, ter verba de representação e não transferir isso para o servidor público!

Por isso, meus companheiros de Assembleia Legislativa, antes de discutir aumento salarial, me preocupa esse estilo administrativo de privilegiar os cargos de confiança. É aumento para Secretário, é aumento de 100% aos cargos em Comissão, do Executivo, que gostaria, inclusive, que a Liderança do Governo colocasse para esta Casa, se foi em todos os cargos em Comissão do Executivo, ou se foi para alguns.

Se todo processo de cargos em Comissão foi contemplado, quantos foram, afinal, baseado no que foi dado o TIDE para todos os servidores, que é tempo integral e dedicação exclusiva.

Tenho certeza absoluta que isso vai refletir aqui na Casa. Porque, Deputado Anibal Khury, se efetivamente se legislar em cima de cargos em comissão, dando gratificação de 100% aos cargos em Comissão do Executivo, sob hipótese alguma e de jeito nenhum, poderemos continuar sacrificando os funcionários do Poder Legislativo de cargos em Comissão, que não recebam também o TIDE e os 100%, porque senão estaremos fazendo a isonomia pregada na Constituição!

Diversas questões, Senhores Deputados, terão que ser levantadas, no curso desse semestre. Tenho uma série de dúvidas e vou levantá-las. Este cargo AE1, criado no Executivo, é inconstitucional! É inconstitucional o criado pelo Judiciário, é inconstitucional o criado pela Assembleia, para atribuir valores ao Executivo, mas é completamente inconstitucional o que está dizendo o projeto do Executivo!

E aí, Deputado Algaci, talvez por isso a falta de atenção, que algumas Secretarias dão aos Parlamentares, porque ficamos muito quietos aqui, dizendo que não vai representar, ser Oposição, deixe que resolvam o problema salarial, o Governo que resolve.

O Governo resolve, mas dentro da lei.

Porque aí a Assembleia Legislativa será valorizada!

Aqui está dizendo, Deputado: "os cargos de assessor especial do Governo, símbolo especial, vice-Governadoria, AE1, terão prerrogativas e remuneração iguais às de Secretário de Estado". Totalmente inconstitucional, porque o artigo 27, inciso VIII, da Constituição do Estado do Paraná, proíbe vinculação de salário.

Não existe como criar um cargo e não definir o valor do cargo! É isso, meu Presidente? Não há como criar um cargo e não estipular o valor do cargo!

Os Senhores analisem a lei vinda do Judiciário. O Judiciário cria o cargo AE1, diz quantos cargos está criando e diz quanto é o salário dos cargos. Na lei do Presidente Anibal Khury, cria cargo AE1, para a área do Executivo e diz quanto é o valor desse cargo, na vice-Governadoria.

O Executivo não diz quantos e diz que estes cargos têm remuneração e prerrogativa de Secretário. Ou é Secretário ou é um cargo!

Será que os do Judiciário terão prerrogativa e vencimento de desembargador?

Será que se criar na Assembleia vai ter vencimento e prerrogativa de Deputado? Ora, se é cargo em Comissão, ele tem que ter simbologia e tem que ter salário!

Então, estas coisas terão que ser questionadas. Levanto essa questão no dia de hoje, a questão salarial, da nossa preocupação a respeito do assunto, para que até virmos a discutir o problema do aumento salarial do servidor, tenhamos uma definição clara, um contraponto do Governo que nos tire esta dúvida, que nos tire esta dúvida, porque tenho muito medo, na sequência, na Justiça, se ganhe todas estas questões de isonomia e venhamos comprometer desastrosamente a questão salarial do Paraná.

Muito obrigado, e concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quero dizer que recebo com muito interesse seu pronunciamento.

Reconheço em Vossa Excelência um "expert" na matéria, e tenho certeza que seu pronunciamento vai contribuir para que possamos esclarecer.

Com estas colocações feitas por Vossa Excelência, possamos evitar que fatos como estes, algumas ações possam ocorrer.

Talvez possa até ter passado despercebido pelo Governador, pelo Secretário que levou ao Governador para que assinasse e que vai colher as informações e se necessário for peço inclusive, com toda humildade a sua compreensão e a sua colaboração no processo também, afinal de contas

aqui é uma casa que discute as questões do Estado, especialmente as questões do poder público e todos aqui somos responsáveis, não importa se oposição ou situação.

Tenho certeza que V. Exa. está colaborando para o aprimoramento das leis votadas nesta Casa e também aquilo que é determinado pelo Poder Executivo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não tenha dúvida, Deputado Algaci Túlio, que o objetivo é exclusivamente esse e me coloco inteiramente à disposição no que puder ser útil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSC, PDT, PFL, PSDB, PPR, PMDB. (Declinam). PP com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna para fazer um dramático apelo às autoridades estaduais e federais, para que as mesmas tomem providências urgentes em relação a necessidade da urgente duplicação da BR-277, no trecho, Cascavel/Foz do Iguaçu. A cada dia que passa aumenta o tráfego de veículos naquele trecho da Rodovia BR-277 e na medida que o MERCOSUL sai do papel e entra na prática aumenta ainda mais o número de veículos e principalmente de caminhões e ônibus, caminhões com produtos agrícolas que vêm da Argentina e do Paraguai, produtos industrializados que vão do Brasil para esses dois países e valendo de um relatório feito e divulgado pelo Deputado Irineu Colombo trago mais uma vez a esta Casa os números que por si só falam mais alto que muitas palavras.

Em 1.994 tivemos naquele trecho da BR-781 acidentes, são dois acidentes por dia com 88 mortes e 635 feridos. Como falei, Senhor Presidente, Senhores Deputados a cada dia, na proporção que aumenta o movimento de veículos, aumenta também o número de acidentes e o número de vítimas fatais.

Somente neste final de semana nas proximidades de Foz do Iguaçu, em dois acidentes, cinco vítimas fatais. Nas proximidades de Céu Azul no final de semana, mais um acidente de um ônibus de turismo com mais três vítimas fatais.

Não dá mais para esperar, segundo dados fornecidos por órgãos oficiais, os negócios do Brasil com o Paraguai e Argentina, aumentam ao ano cerca de 27% e na medida que aumenta o intercâmbio comercial, na mesma proporção aumenta o tráfego de veículos. Isso significa que se hoje o trânsito já é muito intenso, causando todos esses danos no período de três anos, certamente o trânsito e os problemas serão

duplicados. Há uma ampla mobilização na Região Oeste do Estado, onde foi criado uma Comissão própria e definitiva congregada por Lideranças de todas as entidades da Região, que estão se mobilizando para sensibilizar os Governos da necessidade da Prefeitura Municipal de Medianeira haverá uma reunião dessa Coordenação e terá início a coleta de assinaturas de um grande abaixo-assinado, que será endereçado inclusive ao Presidente da República. Mais especificamente em Foz do Iguaçu, há inclusive ameaças por parte da população de trancamento da BR-277, para chamar a atenção das autoridades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tráfego e o caos, aumentam ainda mais nos finais de semana com a ida para Foz do Iguaçu e para o Paraguai de 1500, 1600 ônibus de turistas e compristas que para lá vão e de lá voltam.

Precisamos urgentemente que haja uma solução, haja uma definição, porque naquela região já não existem mais famílias que não tenham perdido um parente em acidente naquela BR. Acompanhei de perto o processo de licitação aberto pelo ex-Ministro e hoje Deputado Federal, Afonso Alves de Camargo para duplicar o trecho da Ponte da Amizade de Foz do Iguaçu até Santa Terezinha do Itaipu. Brigas das Empreiteiras prejudicaram a construção daquela obra. E hoje aquela obra que foi iniciada, mais especificamente num ponto determinado na construção de um trevo está totalmente paralisado e o Governo Federal não acena com a possibilidade de colocar mais recursos.

Ainda semana passada estive em Foz do Iguaçu o Governador Jaime Lerner e toda a sua comitiva e como não poderia deixar de ser toda comunidade, eu, lideranças, cobramos do Governador que tome providências, e ele falou que a duplicação da BR-277 é prioridade também do Governo do Estado. Informações que tenho do próprio Ministro Darci Klain, é de que o Governo Federal não pretende transferir essa Rodovia para domínio do Estado por tratar-se de uma Rodovia Panamericana, que teria o caráter de interesse nacional, e que não estaria o Governo Federal disposto a transferir essa Rodovia para o Governo do Estado.

Um absurdo isso, porque já que o Governo Federal não toma a iniciativa, não toma as providências, teria que no mínimo ter a decência de transferir essa Rodovia para o Governo do Estado que com recursos próprios teria condições de duplicar. E mais do que isso, se o Governo não tem recursos próprios, deveria fazer uma licitação para exploração do pedágio e privatizar a exploração dessa BR-277 porque interessados certamente existem e existirão sempre, porque é uma rodovia com alto re-



torno para quem nela investir.

Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Deputado Sérgio Spada, primeiramente quero cumprimentá-lo pela defesa brilhante que faz desse trecho pelo qual V. Exa. transita com bastante frequência que é o trecho Cascavel/Foz do Iguaçu e a campanha que estamos desenvolvendo pela duplicação da BR-277.

É importante transmitir aos demais Deputados dessa Assembléia, que tanto eu como V. Exa. e os demais Deputados da Região Oeste do Paraná fazem parte do Conselho Político da Comissão Pró-Duplicação. Essa Comissão está tomando várias medidas, começando pelo recolhimento de assinaturas, começamos com um processo de pressão e logo em seguida, faremos um seminário para discutir a inserção econômica desse trecho e entender, jogar esse "abacaxi" até essa bandeira política ao governo que se comprometeu no programa de governo e ao próprio governo federal que se comprometeu por conta do seu programa de governo, comprometer as autoridades federais e estaduais para uma solução. Podemos imaginar as diversas soluções como o Senhor acaba de nominar: estadualização, abrir para concessão da iniciativa privada, que vai na verdade, enriquecer o patrimônio da União, a própria União que lá se encontra em débito conosco, o Estado do Paraná já fez a Ponte sobre o Guaíra, ali em Guaíra, sobre o Rio Paraná. O Estado do Paraná já fez a FERROESTE e está bancando o ensino superior da nossa região. Então, quem sabe, o Governo Federal, nessa grande campanha, consiga mostrar um pouco mais de atenção e duplicar com os recursos, economizando um pouco para o setor do Paraná.

Esse seminário vai colocar o problema. As contrapartidas, eles não apresentam. O que queremos é a duplicação. Neste domingo aconteceu um acidente onde morreram 4 pessoas e pelo menos 20 pessoas ficaram feridas, em Matelândia. Há poucos dias, lá perto de Foz do Iguaçu, mais acidentes. Sete mortes e alguns dizem que é imprudência. A imprudência quem faz são também as condições de fluxo. O fluxo pesado aumenta 10% ao ano e o fluxo pesado dá lentidão ao trânsito. As pessoas que antes iam de Medianeira a Foz do Iguaçu em 25 minutos, agora demoram 45 minutos e uma hora.

Isso faz com que a pessoa se torne imprudente por conta do atraso e por conta do fluxo lento e o fluxo pesado é associado agora ao transporte de mercadorias do Chile, aos caminhões chamados "Romeu e Julieta" que são típicos da Argentina, e os caminhões sem carroceria, de grãos, que vão ao Porto de Paranaguá, que vêm do Pa-

raguai, fora os containers que vão daqui para lá carregados de mercadorias e os ônibus de turismo e itinerário convencional.

Tudo isso faz com que ocorram acidentes. O desleixo por conta da conservação e sinalização, especialmente sinalização noturna do trecho, que leva Vossa Excelência a defender o trecho, assim como essa comissão com ardoroso entusiasmo e com eficiência e competência que acho que as lideranças políticas engajadas no processo, estão levando essa bandeira à frente.

Parabéns, e me solidarizo com vosso depoimento.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado, Deputado Colombo. Vossa Excelência é um dos baluartes dessa luta pela duplicação da BR-277, e realmente, particularmente acho que não podemos esperar do Governo Federal, a iniciativa de tomar as providências e fazer a duplicação.

Mas o Governo Federal, já que não vai fazê-la, que repasse ao Estado, mas isso, urgentemente, porque a população daquela região não está mais suportando aquele clima de terror, até mesmo quando tem que viajar pela BR-277.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se

à

# ORDEM DO DIA,

A Mesa anuncia a presença do Prefeito de Astorga.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Duílio Genari, Nereu Alves de Moura e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. À Comissão Executiva, para estudos.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. Necessitam de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. À

Diretoria Legislativa.

## ITEM 01

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 109/95 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que Declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Parapanema (CIMESPAR), com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 34, de 17.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 109/95

## PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Parapanema, com sede e foro em Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 28.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

## ITEM 02

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/95 de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan que Declara de Utilidade Pública o "Abrigo da Infância e Juventude" de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 45, de 08.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 153/95

## PARECER:

O presente projeto, cuja autoria é do nobre Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, visa priorizar o atendimento e proteção à criança e ao adolescente na cidade de Cornélio Procópio.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e de relevante valor social, uma vez que vai propiciar aos seus beneficiários condições de melhor desenvolvimento.

Nada encontramos que obste a normal tramitação do Projeto de Lei n° 153/95.

Recebe, portanto, parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 20.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

## ITEM 03

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos

Zuk outros, que Declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Imprensa - API", com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 47, de 09.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 158/95

## I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n° 158/95, da autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk, subscrito por dezenas de Deputados, com objetivo de declarar de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Imprensa - API", com sede e foro nesta Capital.

O Projeto está devidamente instruído.

## II - O Voto do Relator

Não poderia ser mais meritória a iniciativa de reconhecer a Utilidade Pública da Associação Paranaense de Imprensa - API.

Entidade fundada há mais de 60 (sessenta) anos, a API se impôs ao respeito da opinião pública paranaense, pelos relevantes serviços que prestou tanto a causa das liberdades públicas, particularmente dos meios de comunicação social quanto ao desenvolvimento econômico do Paraná.

Aos seus quadros pertenceram e pertencem as expressões maiores de nossa Imprensa, homens cuja dedicação a causa pública é incontestável.

Reconhecendo-lhe a Utilidade Pública, apenas fazemos justiça à Associação Paranaense de Imprensa - API, na forma da Emenda Substitutiva em anexo.

Nosso voto é pela Aprovação.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BETO RICHA - Relator

## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

## PROJETO DE LEI N° 158/95

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Imprensa, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BETO RICHA - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Nelson Justus, Rossoni, Toti Colaço, Walmor Trentini e 1 ilegível.

## ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/95 de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo que Declara de Utilidade Pública a Academia Cultural de Santa Helena (ACULT)



com sede e foro no município de Santa Helena. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ no D.A. n° 48 de 10.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 163/95

PARECER:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, declara de Utilidade Pública a Academia Cultural de Santa Helena (ACULT).

A matéria obedece aos requisitos da Lei n° 6.994/78 e, no âmbito da competência desta Comissão Permanente, nada temos a questionar quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, razão pela qual emitimos parecer favorável ao Projeto de Lei n° 163/95.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 178/95 de autoria do Deputado Emerson Nerone que Declara de Utilidade Pública a "Associação de Defesa ao Meio Ambiente de Umuarama - ADEMA. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 54, de 22.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 178/95

PARECER:

Com efeito, trata-se de entidade sem fins lucrativos que contempla, exclusivamente, a defesa do meio ambiente de Umuarama.

Sob o aspecto legal, constitucional e técnica legislativa, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação até final deliberação pelo Douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 21.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

VOTO EM SEPARADO DO NOBRE DEPUTADO  
EMERSON NERONE

PROJETO DE LEI N° 178/95

Ao analisar o presente plano de lei de autoria do eminente Deputado Emerson Nerone, quero congratular-me por tão brilhante idéia em apresentar projeto de tamanha relevância para região de Umuarama, por que não, para o norte do Paraná, procurando preservar o meio ambiente.

O nobre Deputado Emerson Nerone, demonstra através do presente Projeto de Lei, denodado zelo nas questões ambientais.

Meu voto é favorável.

Sala das Sessões, em 21.06.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: Joel Coimbra, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Luiz Cláudio Romanelli, Toti Colaço, Antonio Annibelli e Walmor Trentini.

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde" - FHISA, com sede e foro no Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 54, de 22.05.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 180/95

PARECER:

De autoria do Deputado Edno Guimarães, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde" - FHISA, com sede e foro no Município de Cianorte. Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua normal tramitação pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pelo parecer favorável, nos termos que o presente projeto se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSI - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO n° 021/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza a realização de plebiscito, visando criar o Município de Porto Barreiro, com território a ser desmembrado de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 012/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

RESOLVE:

Fica autorizada a realização do plebiscito na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a população decida sobre a criação do Município de Porto Barreiro, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as seguintes divisas:

"Partindo da barra do rio Crim no rio Iguaçu, sobe pelo rio Crim até a sua cabeceira, dividindo com o Município de Rio Bonito do Iguaçu, deste ponto segue por linha seca, divisa intermunicipal do Rio Bonito do Iguaçu até encontrar o rio Lambedor, sobe pelo rio Lambedor, até sua ca-

beceira nas proximidades da rodovia estadual que liga Laranjeiras do Sul à localidade de Porto Santana, deste ponto segue por linha reta e seca até encontrar a referida estrada estadual na direção de Laranjeiras do Sul até encontrar a encruzilhada da estrada municipal que liga o Km 8 à localidade de Sertãozinho, segue pela referida estrada na direção de Sertãozinho, mede 2.000 metros pela estrada municipal, segue com deflexão à esquerda e por linha reta e seca até encontrar o rio Peludo, desce pelo rio Peludo até sua barra no rio Tapera, pelo rio Tapera abaixo até sua barra no rio Cavernoso, pelo rio Cavernoso abaixo até sua barra no rio Iguaçu, pelo rio Iguaçu até o ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) NEREU MOURA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/95

P A R E C E R:

Inicialmente analisando a proposição do Deputado Nereu Moura, que visa autorizar o egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE, a designar data para realização de consulta plebiscitária, para a criação do Município de Porto Barreiro, com território a ser desmembrado de Laranjeiras do Sul. Solicitamos delibências para que o autor da matéria providenciasse a Certidão do IBGE, que comprovasse a existência da mais de 5.000 (cinco mil) habitantes na área a ser emancipada, bem como a inexistência de topônimo. A documentação foi anexada ao Projeto de Resolução, atendendo plenamente o que dispõe a legislação em vigor, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis. Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimentos nºs 1982 a 1986 e 1990 a 1996, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1959, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1974, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1971 e 1972, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1977, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1978 e 1979, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1975, 1980 e 1981 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlo Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1988, de autoria do Senhor Deputado João Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1970, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1989, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1976, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1973 e 1977, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1998, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2002 e 2003, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2000, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** Em Discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1969, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2001, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. - Em Discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se

a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, às dez horas, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>o</sup> 100, 153, 158, 163, 178 e 180/95. e do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 012/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 059/95.

Levanta-se a sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON JUSTUS, EM SESSÃO DO DIA 02 DE AGOSTO DE 1995.

## "SAÚDE BRASIL"

Manoel Antonio Almeida Neto

Gazeta do Povo.

O setor da saúde continua sendo um dos pontos mais preocupantes dentro de qualquer reflexão que se proponha a pensar os problemas sociais do Brasil atual. Não é novidade a propalada falência do sistema público de saúde, e a causa frequentemente apontada desta situação é a falta de recursos, o que não se pode contestar sobretudo se compararmos os valores aplicados em nosso país em relação ao número de habitantes com o volume de recursos investidos por outras nações latino-americanas.

Mas, existem outros fatores aliados à escassez dos investimentos oficiais, que fazem ser inadiável e imprescindível uma revisão geral no gerenciamento do sistema único de saúde, junto com sua adaptação orçamentária.

Apenas o aumento da arrecadação, através da volta no IPMF ou de outro instrumento tributário qualquer, não resolve o problema em sua essência, tornando-se mero paliativo.

Durante os últimos anos, em todos os governos sem exceção, o que temos visto é um grande desca-so para a área de saúde pública, e as consequências são desastrosas para a população. Ocorre o sucateamento da rede pública de saúde, atingindo principalmente os hospitais de pronto atendimento, onde a demanda supera em muito as possibilidades de atenção aos pacientes. Em tais condições a opção dos médicos é por atender os mais jovens, e pessoas que têm maior chance de sobrevivência. Assim, os mais idosos e os casos mais graves não deixados em segundo plano

devido a falta de estrutura que permita o atendimento de todos indistintamente.

A cada dia se agrava mais esta situação e, diante disso, corremos o risco de avaliar a privatização do setor da saúde. Isto significaria privar mais de 120 milhões de brasileiros, que não possuem qualquer opção a saúde, do acesso aos serviços básicos e essenciais a que têm direito.

É preciso que encontremos alternativas viáveis para mudar, e oferecer aos brasileiros a possibilidade de atendimento médico digno. Há 28 anos existe no Brasil um sistema de assistência médica que apresenta resultados altamente satisfatórios, o qual está em contínuo crescimento, tem credibilidade e dá respostas positivas às necessidades da população.

Trata-se das cooperativas de trabalho médico, o maior sistema de cooperativismo do mundo nessa área, que assiste cerca de 9 milhões de pessoas em mais de 300 municípios com 75 mil médicos.

Esse sistema é reconhecido e regulamentado pelo governo federal, não tem fins lucrativos e apresenta um grande alcance social. Através dele os governos teriam uma parceria ideal para a reestruturação e a reorganização do Sistema Único de Saúde.

Com a estrutura das cooperativas, que cresce continuamente, os governos municipais, estaduais e federal contariam com a possibilidade de oferecer uma assistência médica de qualidade à população. Além dos profissionais cooperados, estariam à disposição do paciente hospitais, laboratórios, equipamentos e serviços de diagnóstico e terapia.

O sistema poderia ainda participar efetivamente nas campanhas de vacinação, prevenindo as doenças infecto-contagiosas, medicina ocupacional, e no esclarecimento quanto a prevenção de diversas moléstias.

Outro aspecto importante é que estamos diante de uma realidade já existente e não de um simples projeto, a estrutura está montada e em pleno funcionamento, apresentando a qualidade de uma assistência médica de alto padrão.

Quanto aos recursos, não seria necessário muito mais, do que os atualmente existentes, e seriam geridos de forma mais equilibrada e administrativamente correta.

Muito se fala em parceria no momento, enquanto que para a área da saúde a única solução proposta é o aumento dos recursos a serem alocados. Já existem exemplos de parceiros que estão dando certo no Brasil, porque não seria possível no campo de saúde?

Basta apenas que os governos enxerguem que a solução dos problemas da saúde está muito próxima. É só saber usá-la, com criatividade e competência.

Manoel Antonio Almeida Neto, médico